

Política

Orçamento Relator prevê que valor do salário seja antecipado e fixa critérios para cortes no orçamento

LDO antecipa mínimo para agosto

EDUARDO QUEIROGA/AGÊNCIA LUMIAR

Ribamar Oliveira e Marluza Mattos
De Brasília

A discussão sobre o valor do salário mínimo de 2001 poderá ser antecipada para agosto deste ano. Um artigo do substitutivo do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que será apresentado hoje pelo deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE) na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, determina que o governo explicite na proposta orçamentária que enviará ao Congresso o percentual de reajuste do mínimo. O texto de Guerra, que é o relator da LDO na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, determina também que o Executivo defina claramente a política salarial para os funcionários públicos que pretende adotar no próximo ano, inclusive com as categorias que terão reajustes.

Outra norma prevista no substitutivo define os critérios que deverão ser seguidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso se ele for obrigado a fazer um contingenciamento das verbas orçamentárias por frustração das receitas. É a primeira vez que a LDO fixa esses critérios, que até agora são inteiramente definidos pelo Executivo. Essa medida está sendo apontada por alguns parlamentares como o início do processo que pretende tornar o orçamento impositivo.

O governo será obrigado a explicitar o reajuste para o salário mínimo porque a LDO exigirá que sejam relacionados todos os fatores que possam afetar o resultado da Previdência Social em 2001, inclusive a correção do valor dos benefícios indexados ao mínimo. No caso da política salarial do funcionalismo, a LDO pedirá que o Executivo envie junto com a proposta orçamentária um

anexo discriminando todas as despesas previstas com salários e os respectivos aumentos.

O substitutivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias exige também que o governo informe como alocou a "margem de expansão da receita" - um novo conceito criado a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se a receita tributária crescer um determinado percentual em 2001 por causa do aumento dos tributos ou por que a economia cresceu, o governo terá que dizer o que fez com essa "margem de expansão da receita".

Por causa disso, a LDO vai determinar que o Executivo encaminhe ao Congresso um demonstrativo com todas as ações de natureza continuada (aquelas que são executadas com prazo superior a dois anos) e os recursos adicionais que foram destinados a cada uma delas. Assim, os parlamentares esperam evitar que o

governo possa alocar livremente "a margem de expansão de receita" prevista para o próximo ano.

Junto com a proposta orçamentária, o governo terá que encaminhar ao Congresso um anexo de metas fiscais por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os parâmetros fiscais foram incorporados ao substitutivo da LDO e prevêem um superávit primário para o governo central (receita menos despesas, exceto pagamento de juros) de 2,6% em 2001, uma taxa de inflação de 4% no ano e um crescimento da economia de 4,5% — maior, portanto, do que o previsto para este ano.

O substitutivo do projeto de lei redigido pelo deputado Sérgio Guerra prevê também uma taxa de inflação de 3,5% para 2002 e de 3% para 2003. Mas a meta oficial de inflação para esses dois anos ainda será definida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso provavelmente em julho.



Guerra antecipou divulgação do salário para prever o impacto na Previdência